

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

ATA - 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE

1
2 No dia 16 de abril de 2019, às 10h00, no auditório da Prefeitura Municipal de Governador
3 Valadares, teve início a 38ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
4 Doce. Na abertura dos trabalhos, a presidente do CBH-Doce, Sra. Luciane Teixeira,
5 agradeceu a todos pela presença e enfatizou a importância da reunião, que consolidará a
6 tramitação, no âmbito dos CBHs, do processo para a elaboração do TDR destinado à
7 atualização do PIRH-Doce e elaboração da proposta de enquadramento. Em seguida, ela
8 mencionou e agradeceu ao Sr. Fábio Anerth, novo diretor da AGERH, pela participação na
9 reunião. Passando aos informes, a presidente do CBH-Doce destacou a realização de reunião
10 com os novos gestores estaduais, considerando a mudança de governo. Em relação ao
11 Espírito Santo, ela informou que, junto à 2ª vice-presidente do CBH-Doce, Dolores Colle, esteve
12 reunida com representantes da AGERH e SEAMA sendo que, na ocasião, foram tratados
13 temas como a revisão do PIRH, o fortalecimento dos comitês e a implementação da
14 cobrança no estado. Já em Minas Gerais, houve reunião com representantes do IEF e do
15 IGAM, sendo um dos objetivos do encontro retomar e consolidar parcerias para impulsionar o
16 trabalho dos CBHs mineiros. Ainda nos informes, a Sra. Luciane Teixeira falou sobre a reunião,
17 realizada há aproximadamente duas semanas, entre membros da diretoria do CBH-Doce e
18 representantes da missão francesa que, entre 1989 e 1992, foi responsável pelo Projeto Rio
19 Doce, numa articulação entre os dois países (Brasil e França). Ela explicou que, à época, o
20 trabalho foi de extrema relevância para a gestão de recursos hídricos no Brasil, sendo a
21 semente para a criação da Lei 9.433, que, em 1997, deu origem à Política Nacional de
22 Recursos Hídricos. Ela informou que eles planejam retomar a articulação com a Bacia do Rio
23 Doce, porém ainda não há a previsão de assinatura de um termo de compromisso. Ela
24 relatou que também está prevista uma ação comemorativa para marcar os 30 anos do
25 projeto e que todas as informações serão repassadas à plenária assim que definidas. Dando
26 continuidade, o vice-presidente do CBH-Doce, Flávio Guerra, falou sobre o projeto PRO-
27 URGAS, numa parceria entre SEMAD, IGAM, IBIO, MPMG e os comitês mineiros, a fim de
28 estruturar as unidades regionais e sanar o passivo de outorgas no estado de Minas Gerais que,
29 atualmente, acumula mais de 1800 processos em atraso. Além disso, ele citou a publicação
30 do Decreto nº 47.633/2019, que dispõe sobre os contratos de gestão firmados entre o IGAM e
31 as Agências de Bacias Hidrográficas ou as entidades sem fins lucrativos a elas equiparadas,
32 relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do Estado e dá outras providências.
33 Segundo ele, essa norma representa um divisor de águas, pois, até então, não havia
34 regramento específico para os contratos de gestão, fato que gerava muitos problemas e
35 insegurança jurídica. O Sr. Flávio Guerra também informou sobre a decisão favorável da
36 justiça quanto à ação cível pública movida pelo MPMG visando ao descontingencimento

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

37 dos recursos da cobrança no estado de Minas Gerais. Diante do resultado da ação, o Estado
38 fez o repasse dos valores em atraso e, partir de agora, não poderá mais reter os recursos.
39 Finalizados os informes, foi passada à aprovação da ata da última reunião do comitê,
40 realizada em dezembro de 2018. Em relação ao documento, Senisi Rocha foi o único que
41 encaminhou, por e-mail, pontos a serem considerados e a Sra. Sílvia Farias, de Ipaba, solicitou
42 que fossem incluídas na ata as informações sobre a situação da baixada Coronel Roberto,
43 considerando que o assunto foi tratado na última plenária. Em função desses pedidos de
44 inserções, a aprovação da ata foi adiada para a próxima plenária. Na sequência, foi
45 passado ao ponto de pauta referente à análise e deliberação do TDR para atualização do
46 PIRH e elaboração da proposta de enquadramento. Para a apresentação foi convidado o Sr.
47 Flávio Hadler Tröger, da ANA. Em sua fala, ele apresentou as justificativas para a atualização
48 do plano, destacando a necessidade de atualização do estado da arte sobre os recursos
49 hídricos na bacia; a Integração dos programas e ações de recursos hídricos para a bacia,
50 atualmente dispersos em diferentes documentos; a priorização de ações de curto prazo e sob
51 a governabilidade do SINGREH; o detalhamento operacional e acompanhamento das ações
52 selecionadas, com vistas à maior efetividade na etapa de implementação; e as
53 recomendações do TCU e a resolução do CNRH para que a proposta de enquadramento
54 seja elaborada junto com a revisão do PIRH. Em seguida, apresentou os objetivos e os
55 produtos que deverão ser apresentados pela empresa, a saber: Produto 1 - Plano de
56 Trabalho; Produto 2 - Manual Operativo Preliminar; Produto 3 - Consolidação do estado da
57 arte sobre a situação e a gestão de recursos hídricos na bacia; Produto 4 - Prognóstico e
58 Alternativas para o Enquadramento; Produto 5 - Atualização do Plano de Ações do PIRH
59 Doce/PDRH/PARHs e Priorização; Produto 6 - Proposta de Enquadramento e Programa de
60 Efetivação; Produto 7 - PIRH e PDRH/PARHs atualizados; Produto 8 - Resumo Executivo e o MOP
61 Consolidado/Final. Dando prosseguimento, ele falou brevemente sobre a estratégia de
62 trabalho. Em sua fala, informou que o plano será feito conjuntamente. O OGs, CBHs e IBIO
63 darão as orientações e os subsídios necessários para que produto final atinja o objetivo
64 almejado. A empresa especializada e contratada para a execução do serviço receberá as
65 informações para consolidar e deverá incluir novos dados, caso necessário, para
66 atendimento ao TDR e à legislação aplicável vigente. Ele explicou, ainda, que já existem
67 muitos estudos sobre a bacia, sendo que toda a informação disponível será reunida e
68 entregue à empresa sob a forma de notas técnicas. Esses dados serão a referência a partir da
69 qual a empresa irá elaborar o diagnóstico preliminar e, em seguida, o diagnóstico
70 consolidado. Na fase de diagnóstico ocorrerá a primeira rodada de oficinas e consultas
71 públicas com a participação dos comitês e da comunidade. A segunda etapa refere-se ao
72 prognóstico e às alternativas de enquadramento, fase em que também está prevista a

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

73 realização de oficina e consultas públicas. Em seguida, haverá a atualização do Plano de
74 Ações do PIRH Doce e dos PDRH/PARHs e Priorização de Ações, quando ocorrerá a 3ª rodada
75 de oficina e consultas. Como são dois instrumentos – plano e enquadramento - a expectativa
76 é que as oficinas sejam realizadas em dois dias, a fim de abordar cada item de forma mais
77 aprofundada. E, para garantir a participação popular, as consultas públicas serão realizadas
78 à noite. Na sequência, o representante da ANA falou sobre o Manual Operativo (MOP), uma
79 espécie de plano operacional que estabelece para um conjunto de ações do PIRH,
80 consideradas prioritárias e sob a ingerência do SINGREH, o roteiro e procedimentos, os
81 requisitos, os estudos de base e o arranjo institucional necessário para, efetivamente, realizar
82 cada ação. Segundo ele, o principal objetivo do MOP é servir aos CBHs, aos OGs e ao IBIO
83 como um guia, a fim de organizar sua atuação de modo integrado e eficiente, bem como
84 viabilizar as ações propostas e acordadas no âmbito da revisão do PIRH Doce. Em seguida,
85 ele apresentou o cronograma de trabalho, destacando as atividades que já foram
86 cumpridas. Ela informou aos membros que todos os comitês afluentes – mineiros e capixabas –
87 já aprovaram o documento nas CTs e plenárias. Destacou, também, que já houve a
88 tramitação nas CTs do CBH-Doce e que a aprovação na plenária do comitê federal
89 representa a última etapa antes de começar o processo para contratação da empresa.
90 Após a aprovação no Doce, serão iniciados os procedimentos para contratar a empresa,
91 sendo que expectativa é finalizar o processo até agosto, quando a empresa efetivamente
92 será começará o trabalho de atualização, cuja duração estimada é de 17 meses. Finalizada
93 a apresentação, foi aberto espaço para as perguntas. Iniciando os debates, o Sr. Senisi
94 Rocha, do Lions Clube Flor de Manacá, perguntou se os órgãos gestores continuarão dando
95 suporte aos trabalhos após a aprovação do TDR. Em resposta, o Sr. Flávio Troger informou que
96 será dado, por parte dos OGs, todo o suporte e orientação à empresa durante todo o
97 processo, que será feito de forma conjunta até o final. Prosseguindo, o Sr. João Clímaco, da
98 Fonasc, alegou que algumas contribuições feitas por ele durante as reuniões das Câmaras
99 técnicas não foram contempladas no documento que está sendo submetido à aprovação
100 do plenário. Ele destacou a formação da equipe-chave, destacando que é necessária uma
101 abordagem com viés das ciências sociais, não sendo restrita à visão da hidrologia. Registrou
102 também a ausência de aprofundamento mais denso sobre a questão das barragens no
103 escopo do TDR. Nesse sentido, informou, inclusive, que a Fonasc irá propor ao CBH-Doce a
104 criação de um grupo de trabalho específico com foco nas barragens, a fim de que o CBH
105 tenha papel de protagonista nessa frente. Esclarecendo os pontos abordados, o Sr. Flávio
106 Troger, da ANA, explicou que o TDR contempla uma equipe-chave multidisciplinar, cuja visão
107 e forma de trabalho não se restringem à hidrologia. Sobre a questão de barragens, informou
108 que foram incluídos no TDR pontos específicos sobre o tema, com ênfase para a identificação

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

109 dos barramentos existentes e usos associados, bem como a indicação sobre os usos que
110 poderão ser afetados em caso de rompimento, ou seja, foram, sim, feitos os ajustes a fim de
111 contemplar essas preocupações, que são legítimas. Dando sequência, o Sr. Rafael
112 Pompermayer, da Fundação Renova, destacou a importância de integrar os estudos do PIRH
113 com as ações que estão sendo desenvolvidas pela Fundação. Destacou que a entidade está
114 à disposição para colaborar com todas as informações necessárias, a fim de otimizar a
115 aplicação do recurso e evitar a sobreposição de ações. Complementando, a Sra. Lucinha
116 Teixeira destacou que, em julho de 2018, quando houve o início das discussões sobre o PIRH,
117 foi realizada reunião com a Fundação Renova e os OGs para alinhamento, a fim de evitar a
118 sobreposição das ações. Com relação aos estudos elaborados pela Fundação Renova, ela
119 informou que a diretoria do CBH-Doce já requereu essas informações e, nos próximos dias o
120 CBH-Doce deve receber os dados. A partir de então, o CBH irá verificar se ainda será
121 necessária alguma complementação e, se for o caso, recorrerá novamente à Renova.
122 Finalizadas as discussões, o Sr. José Carlos Loss Júnior, relator da Câmara Técnica de
123 Integração (CTI) apresentou o parecer favorável da CT sobre a minuta do TDR. Na
124 oportunidade, ele informou sobre a criação de um grupo, no âmbito da CT, composto por um
125 representante titular e um suplente de cada segmento, que ficará responsável, junto ao IBIO e
126 aos OGs, por acompanhar os trabalhos, à medida que os produtos forem entregues. Na
127 sequência, o termo foi colocado em votação, tendo sido aprovado de forma unânime pelos
128 33 (trinta e três) conselheiros com direito a voto presentes no momento da votação. Antes de
129 passar ao próximo item da pauta, a Sra. Luciane Teixeira Martins, justificou a ausência do
130 conselheiro Rander Tostes, da CEMIG e os representantes da ANA e do MDR que estavam se
131 deslocando para Governador Valadares de avião, mas não conseguiram pousar no
132 aeroporto da cidade em função do mau tempo. Dando prosseguimento à reunião, foi
133 passado ao ponto de pauta referente à análise e deliberação sobre a proposta de
134 convergência entre o mapa de vulnerabilidade e Nota Técnica CBH Doce/IBIO nº 01/2017,
135 com o estudo de priorização de áreas para a restauração florestal de 40.000ha - Cláusula 161
136 do TTAC. Para tanto, foi convidado a fazer a apresentação sobre o tema o Sr. Rafael
137 Pompermayer, da Fundação Renova. Inicialmente, ele fez uma resgate histórico sobre o
138 assunto, retomando a Nota Técnica CBH-Doce/IBIO nº 01/2017, que apresenta a análise
139 técnica, com base no estudo de vulnerabilidade do IBIO, para indicação de áreas a serem
140 contempladas com o Programa de Recuperação de Nascentes (Cláusula 163 do TTAC) e que
141 foi aprovada em reunião plenária do CBH-Doce, dando origem à Deliberação Normativa nº
142 59/2017. Na sequência, informou que a questão foi submetida à CTFLOR e ao CIF. A partir da
143 discussão nessas instâncias foi editada a Deliberação CIF nº 68/2017, que aprovou o
144 cronograma de recuperação de nascentes para os anos 2 a 5. Outro ponto destacado na

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

145 apresentação foram os estudos elaborados pela Fundação Renova, por meio de convênio
146 entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal de Viçosa, visando à
147 definição de critérios de priorização de áreas para recuperação ambiental na bacia do rio
148 Doce - aprovados pela Deliberação CIF nº196/2018 e proposta de cronograma anual e
149 detalhamento da proposta técnica de escalonamento da recuperação ambiental da Bacia
150 do Rio Doce. Estes estudos visam subsidiar o atendimento à cláusula 161, porém, trata toda a
151 área da bacia do Rio Doce, sendo, portanto, de grande auxílio técnico para a definição das
152 nascentes, considerando ainda que a nota técnica IBIO 01/2017 indica a utilização de
153 estudos técnicos que forem produzidos para subsidiar as definições e cronogramas. Com base
154 neste estudo e utilizando dos mesmos critérios apontados pela nota técnica do IBIO nº
155 01/2017 no que tange às captações alternativas de abastecimento público, foi elaborada a
156 proposta de cronograma anual e detalhamento da proposta técnica de escalonamento da
157 recuperação ambiental da Bacia do Rio Doce, especificamente sobre as áreas de
158 preservação permanente e de recarga hídrica. Diante do histórico apresentado, para a
159 definição das áreas objeto do Programa de Recuperação de Nascentes foram considerados:
160 a) Análise de Vulnerabilidade da Bacia do Doce, constante do Programa de Disponibilidade
161 de Água da bacia do rio Doce – PDA Doce, lançado pelo IBIO em setembro de 2015; b)
162 Áreas das UGRHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí, definidas através dos Editais de
163 Chamamento Público 01/2016 (Programa Rio Vivo); c) Áreas prioritárias definidas pelos
164 estudos elaborados no convênio entre a Fundação Renova, a UFMG e a UFV. Cada um dos
165 estudos foi cruzado de forma espacial, para gerar a sinergia e complementação das
166 atuações entre CBH-Doce e Fundação Renova em cada UGRH. Para tanto, foram
167 consideradas as áreas de alta vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce, destas áreas foram
168 subtraídas as áreas constantes do Edital de Chamamento Público 01/2016, especificamente
169 as áreas objeto do programa Rio Vivo, este resultado foi cruzado com as áreas indicadas pelo
170 estudo de priorização (área objeto do Programa de Recuperação de Nascentes da
171 Fundação Renova) que já considera as áreas de mananciais de captação para
172 abastecimento público, considerando desta forma todos os aspectos ambientais e sociais
173 elencados pela nota técnica IBIO 01/2017. Em síntese, ele explicou que sinergia entre a
174 recuperação de áreas de preservação permanentes e nascentes é necessária para que a
175 recuperação ambiental da Bacia do Rio Doce seja realizada de forma integrada, tanto do
176 ponto de vista institucional quanto ambiental. Ele ressaltou que outro objetivo foi manter todas
177 as ações também em sinergia com as ações executadas pelos comitês na aplicação dos
178 programas previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH.
179 Finalizando a apresentação, foi convidado o Sr. Marcos Sossai, da CTFLOR, para falar sobre o
180 tema. Em sua fala, ele reforçou a importância de convergir esforços. Segundo ele, a

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

181 questão vem sendo trabalhada de forma a construir uma base de informações sólidas,
182 para indicar de forma robusta as áreas, a fim de garantir os melhores benefícios
183 ambientais. Ele reforçou que a aprovação dos estudos foi fundamental, pois eles dão
184 base técnica para afirmar que haverá, de fato, contribuições. Ele afirmou que não faria
185 sentido trabalhar os programas– nascentes (P27) e restauração florestal (P26), de forma
186 isolada, pois para resultados efetivos os dois projetos precisam estar alinhados. Por fim, ele
187 reforçou a importância de envolver o comitê para essa convergência de ações, fato vai
188 permitir beneficiar duplamente os produtores contemplados. Na sequência, o presidente
189 da CTGEC, Fábio Cruz, foi convidado para apresentar o parecer da CT sobre tema. Em
190 sua fala, ele informou que houve parecer favorável da câmara técnica, sendo feitas as
191 seguintes recomendações: a) Nas áreas em que os programas de recuperação de Áreas
192 de Preservação Permanente (P.26) e de Recuperação de Nascentes (P.27) ocorrem
193 concomitantemente deverão ser mantidas como prioritárias, porém não se limitando a
194 estas, as áreas localizadas em sub- bacias à montante das captações alternativas
195 efetivas e/ou potenciais das localidades impactadas que tiverem o abastecimento
196 interrompido. b) Nas áreas em que for desenvolvido apenas o Programa de
197 Recuperação de Nascentes (P.27) deverão ser priorizadas as áreas destacadas no
198 estudo, disposto no caput. Após a apresentação, a proposta foi colocada em votação,
199 sendo aprovada, de forma unânime, pelos 33 membros votantes presentes. Após as
200 discussões foi feito um intervalo para o almoço. Às 13h10 foram retomadas as atividades,
201 com a apresentação da minuta do Termo de Referência para a contratação de
202 empresa de comunicação para atendimento ao CBHs e IBIO. Inicialmente, a analista do
203 IBIO, Juliana Vilela, fez uma breve contextualização do assunto. Ela relatou o trabalho da
204 empresa de comunicação que, entre 2013 e 2018, atendeu aos CBHs e ao IBIO. No
205 entanto, o contrato completou 60 (sessenta) meses e não pode ser prorrogado por
206 limitações legais. O objetivo era, imediatamente, proceder à contratação de uma nova
207 empresa, a fim de evitar a descontinuidade dos trabalhos. Porém, considerando as
208 limitações orçamentárias e a reestruturação do IBIO não foi possível. Ocorre que, o GT de
209 Planejamento Estratégico do CBH-Doce considerou prioritária, para 2019, a contratação
210 da empresa de comunicação, dada a importância de dar visibilidade às ações dos
211 comitês e dar continuidade aos trabalhos iniciados pela empresa anterior. Sendo assim,
212 o IBIO deu início ao processo de elaboração do TDR para a contratação da empresa
213 especializada, sendo que o documento foi amplamente discutido na CTCI do CBH-Doce.
214 Na sequência, foi apresentada a estrutura do documento, com ênfase nas principais

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

215 atividades que serão executadas pela empresa, a saber: assessoria de comunicação,
216 elaboração de diagnóstico, redes sociais, sites, elaboração e distribuição de informativos,
217 entre outras atividades inerentes à comunicação institucional dos comitês. Foi informado
218 que o recurso para o trabalho é de origem federal, oriundo do programa de
219 comunicação social (P.71), previsto no PIRH e priorizado no PAP. No caso do atendimento
220 ao IBIO o recurso é proveniente da parcela de custeio (7,5%). A analista informou ainda
221 que o atendimento será para a toda a bacia e que, após a aprovação do termo, será
222 feita uma licitação na modalidade técnica e preço, considerando a natureza
223 predominantemente intelectual do serviço que será prestado. Também foi apresentada
224 e equipe técnica que deverá ser disponibilizada pela empresa para atendimento, sendo
225 que parte dela ficará lotada na sede da agência para atendimento exclusivo aos CBHs e
226 IBIO. Após a apresentação, foram iniciados os debates do o tema. O presidente da CTCI,
227 Humberto Savelli, se manifestou quanto à forma coordenada e democrática com que o
228 processo foi conduzido no âmbito da CT, sendo que o produto final gerado foi um
229 documento robusto, construído com a participação de todos. O Sr. João Clímaco, da
230 FONASC, afirmou que, no seu entendimento, o documento deve apresentar, de forma
231 explícita as diretrizes e os fundamentos da comunicação para nortear o trabalho da
232 empresa. Segundo ele, essa é uma questão muito seria, pois o comitê é uma entidade
233 diferenciada e a comunicação, para esse órgão, não pode seguir uma receita padrão.
234 Em sua fala, ele destacou que os comitês precisam ser reconhecidos como entidades a
235 serviço da sociedade e que, dentro dos colegiados, o mais importante são as pessoas
236 que o integram. Ele destacou que existe uma ilusão de que o comitê é um parlamento
237 das águas com interesse comum. No entanto, segundo ele, o comitê é um local de
238 contradições e a comunicação precisa mostrar que existem conflitos. Novamente, ele
239 destacou que a proposta não traz fundamentos ideológicos, legais e teóricos. Sugere
240 suspender o processo para que seja incluída essa fundamentação, a fim de dar valor aos
241 membros e não ao comitê como um ente abstrato. Ao final, ele questionou se deveria
242 pedir vista ou se seria possível incluir no texto os fundamentos propostos. Na sequência, o
243 Sr. Senisi Rocha destacou o empenho da CTCI para consolidar o documento, que vai
244 representar muito para o nosso trabalho, dada a relevância da comunicação no âmbito
245 dos CBHs. Ele ressaltou que o acompanhamento da CT e do CBH serão fundamentais
246 para garantir o bom desempenho e o efetivo atendimento àquilo que o comitê almeja.
247 Ele reforçou que, no seu entendimento, os alinhamentos são feito no dia a dia, num
248 constante processo de aprimoramento com o objetivo de levar à sociedade o trabalho

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

249 dos comitês, pois a empresa terá uma atuação dinâmica no território. Ao final, afirmou
250 que não é contrário à inclusão dos princípios, mas não entende que isso irá mudar o
251 cenário. Dando prosseguimento, o Sr. Guilherme Castro, representante da Prefeitura de
252 Governador Valadares, destacou que o comitê trata-se de uma instituição e, sendo
253 assim, não pode o trabalho não pode ser feito de forma "personificada". Ele explicou
254 que o documento apresentado é técnico e a inclusão de abordagens ideológica fere os
255 princípios constitucionais. Fechando a fala reforçou que o TDR é um documento maduro
256 e atual que foi amplamente discutido, sendo capaz de cumprir a função à qual se
257 propõe, observando a finalidade do comitê. Dando continuidade às falas, o Sr. Carlos
258 Sangália, que representa o CBH-Doce no conselho consultivo da Fundação Renova, em
259 atenção à fala do Sr. João Clímaco, reforçou a importância de incluir no documento as
260 diretrizes da comunicação. Além disso, reforçou a importância de ampliar o diálogo com
261 a comunidade e de que a empresa esteja disposta a interagir e, sobretudo, ouvir os
262 comitês e os demais atores envolvidos na gestão de recursos hídricos. Sendo assim, ele
263 sugeriu incorporar no documento as propostas feitas pelo representante da FONASC, a
264 fim de adiar a votação do documento. Em seguida, o Sr. Senisi Rocha destacou que
265 antes de começar a trabalhar a empresa deverá se reunir com a CTCL e que será feito
266 um amplo trabalho a fim de subsidiar a contratada com todas as informações
267 necessárias sobre o funcionamento e a dinâmica das atividades do comitê. Ele explicou
268 que para a elaboração do diagnóstico haverá reunião com todos os CBHs, ocasião em
269 que todos terão a oportunidade de dialogar com a empresa, ainda no início do
270 processo. Além disso, o comitê participará ativamente da aprovação de todos os
271 conteúdos que serão produzidos. Dando continuidade, o Sr. Rogério Siqueira, da ABES,
272 que também é membro da CTCL, destacou que o documento que está sendo aprovado
273 é estritamente técnico e destinado a fazer uma contratação, não cabendo, neste
274 momento, a inserção de questões ideológicas. Segundo ele, essa vertente ideológica
275 ocorre em outro momento. Além disso, destacou que o TDR representa o aprimoramento
276 de um trabalho com base numa experiência anterior. Ao final, destacou que o
277 adiamento da votação seria prejudicial ao CBH. Retomando a fala, o Sr. João Clímaco
278 destacou que não teve o objetivo de desqualificar ou desmerecer o trabalho que foi
279 feito. Segundo ele, o problema se restringe à ausência de princípios e diretrizes. Ele falou
280 que, no seu entendimento, existe uma negativação indevida do termo "ideologia", e
281 não existe impedimento no sentido de que documento técnico possua base ideológica
282 bem definida. Ele reiterou a ideia de que o CBH é um local de contradições e que está

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

283 disposto a pedir vista, pois a empresa contratada não pode vender o comitê como um
284 produto, já que fazer comunicação para o comitê não é o mesmo que trabalhar para
285 uma empresa. Segundo ele, é preciso mostrar as contradições e a dimensão que cada
286 ator tem dentro do processo e isso só poderá ser garantido se os princípios estiverem
287 contidos no documento. Em resposta, o Sr. Odorico Araújo, da FIMEG, manifestou
288 discordância com a fala. Segundo ele, o comitê não pode ser compreendido como uma
289 “trincheira”, mas como um espaço de diálogo e aprendizagem, sendo que os pontos de
290 discordância que, de fato, existem, são tratados de forma pacífica e democrática. Ainda
291 sobre o tema, o Sr. Fábio Cruz, do IFMG, relatou que entende a preocupação no sentido
292 de que a empresa tenha a capacidade de atender aos comitês, não distorcendo os
293 objetivos da política de recursos hídricos. Porém, no seu entendimento, o TDR permite
294 fiscalizar o trabalho e evitar a distorção do objeto, atendendo ao que foi proposto e
295 àquilo que se almeja com a comunicação. Nesse sentido ele destacou também o papel
296 da CTCI como fiscalizadora das ações que serão realizadas pela contratada. Em nova
297 argumentação, o Sr. Guilherme Castro afirmou que o comitê é um palco para troca de
298 experiências, num constante aprendizado, reforçando o entendimento de que não cabe
299 a inserção de pontos ideológicos em um documento de caráter técnico. O Sr. João
300 Clímaco, no entanto, entendendo que suas reivindicações não foram contempladas,
301 requereu vista do processo. Com base no Regimento Interno, que prevê, no Art. 4º, que o
302 pedido de vista precisa ser devidamente justificado, o Sr. Flávio Guerra, vice-presidente
303 do CBH-Doce, solicitou que os presentes se manifestassem quanto à aceitação, ou não,
304 das justificativas do pedido de vista apresentado pelo Sr. João Clímaco. Em votação, por
305 maioria – 32 votos contrários, as justificativas apresentadas não foram aceitas. Em
306 seguida, houve a votação do conteúdo na minuta do TDR, sendo que o mesmo foi
307 aprovado por 32 votos. A partir de então, considerando a aprovação do CBH-Doce
308 serão iniciados os procedimentos para contratação da empresa de comunicação que
309 irá atender ao CBH e ao IBIO. Finalizado esse ponto de pauta, o Sr. Fabiano Alves, diretor
310 técnico do IBIO deu início à apresentação sobre as atividades da entidade no exercício
311 das funções de agência, com ênfase para a execução dos contratos de gestão firmados
312 com a ANA e o IGAM. Em sua apresentação, ele falou sobre as principais ações já
313 realizadas com recursos da cobrança, com destaque para a elaboração dos planos
314 municipais de saneamento básico, programa de incentivo ao uso racional da água na
315 agricultura e o Programa de Convivência com as Cheias e as ações isoladas do
316 Programa de Recomposição de APPs e Nascentes. Sobre o PAP 2016-2020 ele destacou

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

317 que as principais atividades a serem desenvolvidas referem-se à continuidade das ações
318 de saneamento e a implantação do Rio Vivo, iniciativa que abrange os seguintes
319 programas de natureza hidroambiental: recomposição de APPs e nascentes, controle de
320 atividades geradoras de sedimentos e saneamento rural. Em relação ao saneamento ele
321 informou que o objetivo era contratar as empresas para a execução dos projetos de
322 abastecimento de água e esgotamento sanitário em atendimento aos 37 municípios
323 selecionados no edital de chamamento. No entanto, considerando a reestruturação da
324 equipe do IBIO ainda não foi possível dar andamento. Em relação ao Rio Vivo, ele
325 destacou que o programa já foi iniciado em quatro UGRHs, sendo: Piranga, Piracicaba,
326 Santo Antônio e Suaçuí, estando na etapa de diagnóstico. Nessa primeira leva serão
327 contemplados 54 municípios e até 6400 imóveis rurais serão beneficiados. No entanto,
328 uma das empresas – responsável pela execução dessa etapa em toda a Bacia do
329 Piracicaba e em partes do Piranga e Santo Antônio, descumpriu uma exigência do
330 contrato, sendo necessária a ruptura do mesmo. Por essa razão o IBIO precisará fazer
331 uma nova licitação e contratar outra empresa para dar continuidade aos trabalhos, fato
332 que acarretará atrasos na execução do diagnóstico. Em sua apresentação, além dos
333 trabalhos executados com recursos da cobrança, ele destacou as ações do Plano de
334 Trabalho Específico (PTE), cujas contratações foram feitas a partir de uma verba adicional
335 disponibilizada pela ANA após o rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Com
336 esse recurso houve a contratação da atualização do “Atlas Brasil” e dos estudos de
337 topobatimetria ao longo da calha do rio Doce. Em relação a 2019, com base do
338 planejamento feito em conjunto com o GT do CBH-Doce, a principal atividade a ser
339 executada será a atualização do PIRH e a elaboração da proposta de enquadramento,
340 cujo termo de referência acaba de ser aprovado na plenária do Doce. Em relação à
341 atualização do PAP, que estava prevista, considerando que haverá a atualização do
342 PIRH e que os programas em andamento estão contemplados, há o entendimento de
343 que o custo benefício dessa atualização não compensa no momento. Em relação ao Rio
344 Vivo, há a previsão de contratação da 2ª etapa para as localidades em que o
345 diagnóstico está sendo feito, exceto nas bacias em que a empresa contratada
346 apresentou problema. Nesse caso, considerando que uma nova empresa deverá ser
347 contratada ainda para o diagnóstico não será possível, em 2019, iniciar a segunda
348 etapa. Em relação às UGRHs ainda não contempladas – Caratinga e Manhuaçu, a
349 discussão será retomada nas CTs, com previsão de contratar a empresa para a
350 execução da primeira etapa entre os meses de nova/dez. Em relação ao P52, ele

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

351 infirmou que já foram iniciadas as tratativas para retomar as discussões no âmbito do
352 CBH-Santo Antônio. E, por fim, informou que dada à reestruturação do IBIO e as
353 limitações impostas pela ANA não há previsão de iniciar o Rio Vivo na porção capixaba
354 da Bacia. Após a fala do representante do IBIO, a Sra. Luciane Teixeira falou brevemente
355 sobre o GT de planejamento estratégico. Nesse sentido, ela destacou a preocupação e
356 as articulações no sentido de buscar estabelecer uma parceria junto ao IEF, com o
357 objetivo de potencializar e otimizar os trabalhos dos comitês. A presidente do comitê
358 informou que foi enviado ofício e feita reunião com o diretor geral do IEF, que viram a
359 iniciativa com bons olhos e se comprometeram a apresentar uma proposta,
360 contemplando uma alternativa para o trabalho em conjunto. Dando prosseguimento, o
361 analista do IBIO, Miquéias Donde, apresentou as informações financeiras do IBIO, com
362 ênfase nas principais dificuldades enfrentadas pela agência nos últimos anos, sendo: o
363 contingenciamento de repasses com recursos do Contrato de Gestão IGAM; o
364 descasamento entre a data prevista e a data do efetivo repasse, sendo que, em alguns
365 casos, o IBIO ficou mais de um ano sem receber nenhum repasse do estado de Minas
366 Gerais e a falta de previsibilidade quanto aos Recursos Adicionais Contrato de Gestão
367 ANA, agravada em função da informação de que, a partir de 2019, a ANA não mais fará
368 aportes adicionais para a as agências de Bacia. Em sua fala, ele explicou que,
369 considerando os cenários postos, a estrutura da agência precisou ser adequada à
370 realidade da cobrança, sem expectativas de aportes adicionais. Sendo assim, houve a
371 reestruturação da equipe, que passou de 23 para 14 funcionários. Na sequência, o Sr.
372 Fabiano Alves fez uma breve explanação sobre a situação institucional do IBIO,
373 informando a todos sobre o encerramento das atividades da matriz, que funcionava no
374 Rio de Janeiro. Sendo assim, a partir de 2019, o IBIO exerce unicamente a função de
375 agência de água. Como consequência, a Equipe institucional (RJ) foi desmobilizada,
376 incluindo o Diretor Presidente que, no entanto, continua apoiando e coordenando a
377 transição. Além disso, o CNPJ matriz será transferido para Gov. Valadares, por
378 determinação da Assembleia Gerais, sendo assim, houve, ainda, a transferência da
379 representação legal do Diretor Presidente ao Diretor Geral, função exercida atualmente
380 pelo Sr. Ricardo Valory. A partir de então, haverá a revisão do estatuto para absorver
381 ajustes na organização e está sendo trabalhado um plano para reforma de Conselhos
382 Consultivo e Fiscal (substituição de membros) a ser realizado na próxima assembleia
383 ordinária, prevista para ocorrer até 30 de abril de 2019. Em função da nova conjuntura
384 está sendo feita articulação da estratégia de transição junto aos órgãos gestores,

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

385 Comitês de Bacias e demais parceiros. Para consolidar a transição, o IBIO está se
386 articulando a fim de garantir a participação de novos membros associados na
387 governança institucional; consolidar e aprimorar a estrutura gerencial da organização
388 em sua nova fase, intensificando a participação do Conselho Consultivo do IBIO na
389 gestão de decisões da Agência e, em especial, gerenciar os passivos dos contratos de
390 gestão IGAM. A expectativa do IBIO é finalizar a transição institucional até o final de abril.
391 Após as apresentações, o Sr. Senisi Rocha fez um apelo e pediu que sejam feitos todos os
392 esforços possíveis a fim de agilizar a implementação do Rio Vivo na região, considerando
393 que atualmente não há nenhum projeto em desenvolvimento na Bacia. Finalizada a
394 discussão sobre o tema, foram iniciados os assuntos gerais. Nesse momento, o Sr. João
395 Clímaco pediu a palavra e apresentou à plenária um documento propondo a criação
396 de um Grupo de Trabalho para Segurança de Barragens, no âmbito do CBH-Doce. Ele
397 justificou a demanda destacando que o CBH precisa ser protagonista na discussão desses
398 assuntos. Segundo ele, o comitê não tem a atribuição de regular, porém, deve acompanhar,
399 discutir e dar diretrizes, de modo a contribuir para a integração entre a Política Nacional de
400 Recursos Hídricos e a Política Nacional de Segurança de Barragens. Em atenção à demanda,
401 a Sra. Luciane Teixeira, presidente do CBH-Doce, informou que irá direcionar o tema à
402 Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos, instância do CBH-Doce que acompanha
403 tecnicamente as questões relacionadas às barragens, considerando que cabe às CTs criarem
404 grupos de trabalho específicos. Com relação ao envolvimento do comitê com o tema, ela
405 destacou que o comitê acompanha de perto as discussões e o trabalho das instâncias que
406 atuam diretamente na questão de segurança de barragens, bem como na recuperação da
407 Bacia do Doce, após o rompimento da barragem de Fundão. Ela destacou que o CBH
408 também está atento à situação de Barão de Cocais e que, inclusive, já esteve no município.
409 Na sequência, o Sr. Felipe Benício, do Sindicato Metabase de Itabira, falou sobre a realização
410 do Fórum Mineiro de Comitês, que será realizado em Belo Horizonte nos dias 15 e 16 de maio.
411 Falou também sobre a sua participação, como representantes do Doce, no Fórum Nacional
412 de CBHs, que também se reunirá no mês de maio. Complementando o Sr. Celeste Martins,
413 que é o representante capixaba do Doce no FNCBHs, falou sobre a importância do trabalho
414 do colegiado, que é o responsável pela realização do ENCOB. Ambos mencionaram em suas
415 falas que a temática de segurança de barragens será pautada no encontro. Finalizadas as
416 discussões, a presidente do CBH-Doce parabenizou a todos pela reunião, dando ênfase à
417 participação efetiva e ao trabalho de todas as câmaras técnicas do comitê. Finalizadas as
418 discussões, a reunião foi encerrada às 16h00.



Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

419

Luciane Teixeira Martins

420

LUCIANE TEIXEIRA MARTINS

421

Presidente do CBH-Doce

422

JOÃO LAGES NETO

423

Secretário Executivo do CBH-Doce

424

425